



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si firmam a MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO e a empresa.....

....., tendo por objeto a contratação de empresa especializada em CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) E ROTATIVA, EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Alberto Braune, 225 – Centro – Nova Friburgo – RJ, neste ato representado pelo Exmo Senhor Prefeito Municipal \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade, portador de C.I. nº -----, expedido pelo - , e inscrito no C.P.F./M.,F. sob o nº -----, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa..... inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº -- -----, inscrição estadual nº -----, sediada em....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu..... Sr..... inscrito no C.P.F.M.F. sob o nº ..... e portador de C.I. nº -----, tendo em vista a homologação do processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 098/2021 I, realizado em xxxx, resolvem celebrar o presente contrato, conforme autorização de fls.xxxx do processo administrativo nº 21.601/2021, que se acha vinculado ao Edital, anexos e à proposta da CONTRATADA, sendo regida pela Lei nº 10.520/02 com suas alterações posteriores e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 A CONTRATAÇÃO VIA REGISTRO DE PREÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) E ROTATIVA conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.



CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prestação do Serviço

**2.1** A empresa contratada deverá prestar os serviços de técnicos de **ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SONDAGEM PERCURSÃO (SPT) E ROTATIVA**, para atender as necessidades dos diferentes distritos do município de Nova Friburgo.

**2.2** A tabela abaixo demonstra o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	SONDAGEM A PERCUSSAO, EM TERRENO COMUM, COM ENSAIO DE PENETRACAO, DIAMETRO 3", INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALACAO DA SONDA EM CADA FURO	M	600
02	SONDAGEM ROTATIVA COM COROA DE WIDIA, EM ALTERACAO DE ROCHA, DIAMETRO BX, VERTICAL, INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALACAO DA SONDA EM CADA FURO	M	30
03	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPAMENTO E EQUIPE DE SONDAGEM E PERFURACAO A PERCUSSAO, COM TRANSPORTE ATE 50KM	UN	15
04	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPAMENTO E EQUIPE DE SONDAGEM E PERFURACAO ROTATIVA, COM TRANSPORTE ATE 50KM	UN	3

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço e Condições de Pagamento

O preço contratado é de R\$.....(.....).

**3.1** O faturamento será efetuado após a entrega de Relatório de Sondagem completo, específico por cada terreno ou de acordo com critério da contratante. A medição dos serviços será feita de acordo com os critérios preestabelecidos, considerando o regime de execução por Empreitada a preço unitário. As notas fiscais serão apresentadas à Secretaria requisitante, cujo responsável conferirá, dará o aceite nas mesmas e enviará para o setor competente que



providenciará o pagamento.

3.2 Quando da apresentação das medições, deverá ser observado o decreto municipal nº. 238 – art. 12, bem como a manutenção da regularidade fiscal ao longo do contrato.

3.3 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- CND – Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);
- Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais.

3.4 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

3.5 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos Recursos Orçamentários

4.1 Os recursos para cobertura das despesas previstas no presente contrato correrão por conta da dotação nº P.T....., Fonte, do presente exercício, através da nota de empenho nº....., emitida em.....

#### CLÁUSULA QUINTA – Do Fundamento e Vinculação

5.2 O presente tem suporte na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 1.024/2019 e na Lei nº 10.520/02, estando vinculado ao edital da licitação que o originou e à proposta da CONTRATADA.

5.3 Aos casos omissos será aplicada a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA – Das Garantias

6.1 Considerando que os pagamentos somente serão efetuados após a execução do serviço e sua conformidade neste contrato, é dispensada a garantia contratual.



CLÁUSULA SÉTIMA – Das Penalidades

7.1 A inexecução parcial ou total, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 abaixo, verificado o nexo casual devido à ação ou omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação em vigente e nesse contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir;

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 Será aplicada a sanção de ADVERTÊNCIA, nas seguintes condições, dentre outras que possam causar prejuízo à PMNF:

7.3 Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana;

7.4 Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2 abaixo;

7.5 A qualquer tempo, se constatado atraso, injustificado, na obra de até 15% (quinze por cento) comparando-se o que foi efetivamente executado pela empresa e o cronograma físico-financeiro apresentado e aprovado pela fiscalização;

7.6 Será aplicada MULTA, nas seguintes condições;

7.7 Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 1% (um por cento) sobre o saldo contratual ou R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

7.8 Além das multas previstas no item 18 e subitens, poderão ser aplicadas multas, segundo graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo.



**TABELA 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
<b>1</b>	<b>R\$ 300,00</b>
<b>2</b>	<b>R\$ 500,00</b>
<b>3</b>	<b>R\$ 700,00</b>
<b>4</b>	<b>R\$ 900,00</b>
<b>5</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>
<b>6</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>

**TABELA 2**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir a presença de empregados sem uniforme e EPI. (por empregado e por ocorrência)	<b>1</b>
2	Manter funcionário sem qualificação (por empregado e por dia)	<b>1</b>
3	Executar serviço incompleto, utilizar paliativos em caráter permanente, não providenciar as recomposições (por ocorrência)	<b>2</b>
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados. (por dia e por serviço suspenso)	<b>3</b>
5	Permitir situação que crie ou possibilite a ocorrência de dano físico ou material aos funcionários e/ou a terceiros (por ocorrência)	<b>3</b>
6	Adiar o início da execução de serviços determinados (por ocorrência)	<b>3</b>
7	Idem se for identificada má-fé na busca por reajustes contratuais	<b>5</b>



8	Manter funcionário sem carteira assinada (por ocorrência)	<b>5</b>
9	Induzir a fiscalização a erro (por ocorrência)	<b>6</b>
	<b>Para os itens seguintes, deixar de:</b>	
1	Apresentar a ART dos profissionais no prazo solicitado (15 dias)	<b>1</b>
2	Apresentar os documentos do adimplemento no prazo (10 dias)	<b>2</b>
3	Fornecer o EPI e registrar a obrigatoriedade de uso (por ocorrência)	<b>5</b>
4	Apresentar a fiscalização pedido formal de subcontratação (por ocorrência)	<b>5</b>
5	Manter engenheiro como responsável técnico (por ocorrência)	<b>5</b>
6	Efetuar o pagamento dos funcionários com todos os benefícios (por ocorrência)	<b>5</b>
7	Apresentar o pedido de prorrogação de prazo e ou aditivos de valores de forma intempestiva. (por ocorrência)	<b>6</b>
8	Efetuar os pagamentos devidos aos subcontratados (por ocorrência)	<b>6</b>

7.9 O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá exceder o percentual de 20% sobre o valor total do contrato. Superado este limite, a Administração poderá declarar a inexecução total do contrato.

7.10 **Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a PMNF.**

7.11 A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a PMNF, de que trata o inciso III art.º 87 da Lei 8666/93, poderá ser aplicada à CONTRATADA, por culpa ou dolo, por até 2(dois) anos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto no item 19.3.1 desta cláusula.

7.12 O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração.

7.13 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

7.14 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art 87 da Lei 8666/93, poderá ser aplicada dentre outros casos quando:

- Possuir condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Praticar atos ilícitos, visando frustrar a licitação;



- c) Apresentação à PMNF, de documento falso ou falsificado no todo ou em parte com o objetivo de participar de licitação ou para comprovar a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- d) Inexecução total do objeto, O CONTRATO será rescindido unilateralmente pela Administração.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão

8.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

8.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

a- Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Educação ;

b- O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação .

8.3 - Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80

#### CLÁUSULA NOVA – Das Condições de Habilitação

9.1 A CONTRATADA obriga-se, durante o prazo de vigência do presente, a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e no termo de referência .

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Da Fiscalização.

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

10.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:



NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
José Roberto Vieira Magalhães	199.481	Gestor titular
Matheus Machado Bittencourt	62.354	Gestor substituto
Jeferson Pires Aragão.	62.039	Fiscal titular
Júlio Cesar Cipriano Estefan.	200.0169	Fiscal substituto

10.3O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

10.5A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

10.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Das Obrigações da Contratante

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as exigências deste Termo de Referência, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 A assinatura da Ata do Registro de Preços não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria Municipal de Obras, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.





11.3 Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas à Fiscalização e posteriormente à Secretaria requisitante.

11.4 Na ocasião do início dos serviços, a contratada receberá da Fiscalização, com antecedência a relação dos locais dos serviços a serem executados.

11.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços realizados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – Das Obrigações da Contratada**

12.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços e, ainda:

12.2 Fica a critério da detentora a utilização de equipamentos e mão de obra adicional, visando à otimização dos serviços.

12.3 Os veículos/equipamentos deverão atender as normas exigidas pela legislação de trânsito.

12.4 Todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão ter seus respectivos Certificados de Registro de Veículos – CRV expedidos e válidos, conforme legislação em vigor e deverão possuir apólice de seguro dos veículos.

12.5 No caso de ocorrência de apreensão de algum veículo/equipamento, as despesas de retirada, guincho e outras correrão por conta da contratada.

12.6 A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização.

12.7 São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina; luva de raspa; respirador semi-facial descartável; bandeirola; protetor solar; protetor auditivo e os demais previstos nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

13.1- Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras,



inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – QUARTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 -É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto

#### CLÁUSULA DÉCIMA – SEXTA – Dos Encargos Sociais

16.1 Todos os encargos sociais, tributários e trabalhistas são de responsabilidade da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – SÉTIMA – Do Foro

17.1 -Fica eleito o foro da comarca de Nova Friburgo para dirimir as questões oriundas do presente, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2- E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Nova Friburgo, .....de .....de 2021.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

1.....

2.....

.